

Ministério da Educação
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Coordenação Geral de Licitações e Contratos
Coordenação de Gestão de Licitações
Divisão de Licitações
EDITAL – PREGÃO 1/2023

Ilmo Sr. Pregoeiro do Ministério da Educação

A BD Apoio Empresarial Ltda, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 28.363.266/0001-18, com sede à Rua Pedro Francisco Correa, 81, São Francisco, no município de Niterói-RJ, neste ato representada por seu Sócio Diretor Felipe Dytz, vem respeitosamente perante V. Senhoria, apresentar sua IMPUGNAÇÃO ao edital do Pregão Eletrônico nº 01/2023 que visa a Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção da Sala Cofre do Ministério da Educação-MEC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Do Pregão em epígrafe a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela, nos termos e nas razões a seguir aduzidas.

1) DA TEMPESTIVIDADE

Quanto ao prazo para apresentação da impugnação, conforme estabelecido no artigo 24 do Decreto 10.024 de 2019 que trata dos prazos para impugnação, temos:

Impugnação

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Neste sentido, dispõe o presente Edital:

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail dilic@mec.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Protocolo Central.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

Em face do exposto, deve ser a presente Impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

2) DA LEGITIMIDADE

A legitimidade para apresentação da impugnação ora ventilada tem seu fundamento no disposto no art. 41 da Lei nº 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1o Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113.

§ 2 Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Sendo assim, resta configurada a legitimidade para apresentação desta impugnação.

3) DO MÉRITO

A Impugnante constatou que o Edital padece de vícios que comprometem a legalidade do procedimento licitatório.

Conforme será demonstrado abaixo, embora o Edital esteja muito bem elaborado, fazendo referência a IN 01/2019, os responsáveis pela elaboração do Edital e Termo de Referência incluíram exigências que resultam no direcionamento do certame para o Grupo Econômico Aceco TI/Green 4T.

Inicialmente cabe esclarecer que a sala-cofre do Ministério da Educação foi fabricada em 2010 pela empresa Aceco TI, recebendo a Placa de Identificação ABNT de nº 102, estando em vigor na data da instalação da referida sala-cofre o procedimento de certificação PE 047.03, cuja elaboração foi feita pelo autor da presente impugnação.

A referida sala-cofre NÃO foi auditada na sua instalação, conforme exigido no PE 047.03, bem como a referida sala-cofre jamais foi auditada até a minha saída da ABNT em julho de 2018.

Então vejamos o Edital.

9.11 Qualificação Técnica:

9.11.1 Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:

9.11.1.1 Para efeito de qualificação técnica, a LICITANTE deve demonstrar sua aptidão e capacidade técnico-operacional mínima adequada para a execução do objeto pretendido mediante comprovação de prestação bem-sucedida de serviços em características e quantidades compatíveis com a presente licitação, mediante apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica que deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos mínimos:

9.11.1.2 Declaração de Vistoria ou de opção por não realização de vistoria, conforme modelo sugerido no Apêndice 7 do Termo de Referência;

9.11.1.3 Atestado(s) e/ou certidão(ões) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, com registro no CREA, comprovando que executou ou vem executando de forma satisfatória serviços técnicos especializados de manutenção em Sala Cofre certificada de acordo com as normas NBR 15.247 ou norma EN 1047-2 ou por normas similares reconhecidas por órgãos acreditadores internacionais, com características pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, conforme especificações exigidas pelo Ministério e que atenda aos subitens de maior relevância descritos abaixo:

- a) Célula estanque com painéis e porta corta-fogo com no mínimo 27m² de área;
- b) Piso elevado;
- c) Sistema de climatização de precisão;
- d) Sistema de detecção, alarme e combate a incêndio com utilização de gás inerte tipo FM 200;

e) Instalações elétricas (quadro de distribuição, tomadas e iluminação);

f) Sistema de monitoramento; e

g) Execução de teste de estanqueidade conforme norma ASTM E 779.

9.11.1.4 Certidões ou atestados de registro da pessoa jurídica licitante, regularmente emitidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), dentro do prazo de validade, com indicação de objeto social compatível com o objeto do certame, que demonstrem capacidade operacional da empresa na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

9.11.1.5 Indicação e qualificação de profissionais Engenheiro Civil ou Arquiteto, Engenheiro Eletricista e Engenheiro Mecânico, com registro regular no respectivo Conselho de classe, para serem os Responsáveis Técnicos pela execução do objeto licitado.

a) A licitante deverá apresentar o Registro do Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), dentro do prazo de validade, com indicação de objeto social compatível com o objeto desse certame, com atribuição da empresa para execução dos serviços de manutenção de Sala Cofre e sistemas integrados.

9.11.1.6 Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos de manutenção da Sala Cofre.

9.11.2 Os atestados de capacidade técnica devem atender, ainda, ao seguinte:

a) Os atestados devem evidenciar explicitamente a execução de objeto compatível ao objeto da presente licitação - contendo descrição adequada, clara e suficiente do(s) serviço(s) executado(s) ou em execução;

b) Os atestados devem conter a identificação do(s) contrato(s) vinculado(s) e do(s) período(s) a que se referem os serviços executados, podendo considerar contratos já executados ou em execução;

c) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente do LICITANTE; e

d) Será admitido o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnico-operacional do licitante.

Ao analisarmos o item 9.11.1.3 do Edital, evidenciamos que este segue as diretrizes determinadas na IN 01/2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

Neste caso, o Ministério da Educação solicita que os atestados de capacidade técnica podem ser aceitos em sua forma ampla (comprovando que executou ou vem executando de forma satisfatória serviços técnicos especializados de manutenção em Sala Cofre certificada de acordo com as normas NBR 15.247 ou norma EN 1047-2 ou por normas similares reconhecidas por órgãos acreditadores internacionais), determinando que estes podem referir-se a norma técnica ABNT NBR 15247 ou a norma EN 1047-2 ou normas similares, exatamente como está determinado no item 4.3.3 da IN 01/2019.

4.3.3. No caso da contratação do serviço de manutenção de sala-cofre, os órgãos e entidades devem abster-se da exigência de exclusiva certificação pela norma ABNT NBR 15.247, permitindo, para a comprovação da capacidade técnico-operacional das empresas licitantes, a apresentação de certificados emitidos pelas demais entidades credenciadas junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) ou de

certificados equivalentes. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 31, de 23 de março de 2021)**

Deste modo, há de se admitir que todas as exigências previstas no Edital seguem os ditames legais, porém, antes de começarmos a análise do Termo de Referência, faz-se necessário firmarmos aquilo que está determinado no item 4.3.3 da IN 01/2019, a saber:

“No caso da contratação do serviço de manutenção de sala-cofre, os órgãos e entidades devem abster-se da exigência de exclusiva certificação pela norma ABNT NBR 15.247”

Assim sendo, vejamos o que está estabelecido no Termo de Referência, de modo a determinar se as exigências ali contidas mantém o padrão proposto no Edital, de atendimento a IN 01/2019 e a ampla competição.

Em seu item 1.2.1 do Termo de Referência, assim está estabelecido:

1.2.1 Requisitos de arquitetura tecnológica

A Sala Cofre do Ministério da Educação-MEC é ambiente certificado pela norma ABNT NBR 15.247, possuindo desde sua construção todas as características de uma sala segura, devendo, portanto, **ser mantida pelo futuro prestador de serviços de manutenção do ambiente a certificação técnica de conformidade**, sendo admitido alternativamente a certificação por normas similares emitidos pelas demais entidades credenciadas junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), desde que seja comprovada sua equivalência à norma ABNT NBR 15.247.

Conforme podemos ver acima, há uma deturpação daquilo que está previsto no item 4.3.3 da IN 01/2019, bem como no item 9.11.1.3 do Edital.

IN 01/2019	Item 9.11.1.3 do Edital	Item 1.2.1 do TR
DEVE abster-se de:	ACT demonstrando:	Exigência:
Exigência de exclusiva certificação pela norma NBR 15.247	Certificado de acordo com a norma NBR 15.247 ou Certificado de acordo com a norma EN 1047-2 ou Certificado de acordo com normas similares reconhecidas por órgãos acreditadores internacionais	Ser mantida pelo futuro prestador de serviços de manutenção do ambiente a certificação técnica de conformidade Sendo admitido alternativamente a certificação por normas similares emitidos pelas demais entidades credenciadas junto ao Inmetro, desde que seja comprovada sua equivalência à norma ABNT NBR 15.247

Ao analisarmos o item 1.2.1 do Termo de Referência, torna-se evidente a mudança de postura, uma vez que o Instrumento Convocatório muda o sentido da ampla competitividade para um universo bem mais restrito.

O item 1.2.1 do Termo de Referência retira por completo a possibilidade de conformidade a norma técnica EN 1047-2, uma vez que o Inmetro somente faz a acreditação pela norma ABNT NBR 15247, ademais, não existe no catálogo de normas ABNT nenhuma norma que demonstre equivalência a norma técnica ABNT NBR 15247.

Em outras palavras, o item 1.2.1 do Termo de referência determina, na realidade, que a certificação ABNT atual da sala-cofre do Ministério da Educação deve ser mantida.

Embora possa parecer que o Ministério da Educação aceite mudar da certificação da ABNT Certificadora para a certificação de outro OCP acreditado pelo Inmetro, tal possibilidade esbarra na necessidade de realização de ensaios de conformidade, pois nenhum outro OCP iria acreditar cegamente na auditoria realizada pela ABNT Certificadora, sendo que todos os ensaios previstos na norma técnica ABNT NBR 15247 são destrutivos.

Questionamento 1 – Qual o critério para a não aceitação de manter a certificação EN 1047-2, conforme determinado na IN 01/2019 e nos ACT determinados no item 9.11.1.3 do Edital?

7.2.2 Da proposta técnica e de preços

(...)

A LICITANTE deverá declarar, no momento de sua PROPOSTA, que possui capacidade técnica adequada para executar o objeto da licitação atendendo aos critérios de qualidade e aos níveis de serviço exigidos, cumprindo os requisitos especificados para a presente contratação – comprometendo-se a manter produtividade mínima mensal não inferior a 1/12 (um doze avos) do quantitativo global previsto para a contratação, por GRUPO, bem como certificação pela norma ABNT NBR 15.247 ou normas equivalentes emitidas por entidades credenciadas junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), desde que seja comprovada sua equivalência à norma ABNT NBR 15.247.

Ao analisarmos o item 7.2.2 do Termo de Referência, evidencia-se a necessidade do licitante vencedor ser certificado pela norma ABNT NBR 15247, sendo aceita a sua certificação por normas equivalentes, desde que seja comprovada sua equivalência à norma ABNT NBR 15247.

Novamente exclui-se qualquer possibilidade quanto a conformidade a norma técnica EN 1047-2.

Questionamento 2 – Conforme pode ser obtido através de diligência junto a entidade acreditadora brasileira, o Inmetro, não existe certificação para o serviço de manutenção de sala-cofre, conforme a norma técnica ABNT NBR 15247 ou por qualquer outra norma técnica.

Antes de analisarmos o Estudo Técnico Preliminar, é importante fazermos uma avaliação da certificação ABNT da sala-cofre do Ministério da Educação.

Conforme já visto, a sala-cofre do Ministério da Educação foi fabricada em 2010 pela empresa Aceco TI, recebendo a Placa de Identificação ABNT de nº 102, estando em vigor na data da instalação da referida sala-cofre o procedimento de certificação PE 047.03, cuja elaboração foi feita pelo autor da presente impugnação.

De modo a ser totalmente transparente, estou encaminhando anexo a esta impugnação a cópia do procedimento específico de certificação PE 047.03, para que a equipe técnica do Ministério da Educação possa ter conhecimento do teor do documento.

Caso algum licitante queira ter acesso ao referido documento, basta encaminhar e-mail para BDAPOIOEMPRESARIAL@GMAIL.COM que posso disponibilizar.

Em seu item 6, alínea d), o procedimento PE 047 é claro e objetivo ao determinar que a empresa deve informar à ABNT todas as instalações de salas-cofre, **de forma que 100% das instalações sejam avaliadas**, quanto ao ensaio de estanqueidade in loco, antes da colocação da placa de identificação

6 Manutenção da certificação

Após a concessão da certificação, a ABNT deve realizar permanentemente o controle para verificar se a Empresa mantém as condições técnico-organizacionais que originaram a concessão da certificação.

Este controle periódico deve ser realizado mediante:

- a) auditorias do sistema de gestão da qualidade;
- b) auditorias técnicas;
- c) verificação do programa de manutenção preventiva e corretiva do produto conforme especificação e programa do fabricante.
- d) A empresa deve informar à ABNT todas as instalações de salas-cofre, de forma que 100% das instalações sejam avaliadas, quanto ao ensaio de estanqueidade in loco, antes da colocação da placa de identificação.

Conforme já informado, a referida sala-cofre jamais foi auditada na sua instalação, embora possua a Placa de Identificação nº 102.

Em seu item 6.2, o procedimento de certificação da ABNT PE 047 é claro e objetivo ao determinar que devem ser realizadas auditorias semestrais para acompanhamento dos ensaios de estanqueidade.

6.2. Auditorias técnicas

Serão realizadas auditorias semestrais com o objetivo de atender aos requisitos abaixo:

- a) avaliação da conformidade dos produtos aos projetos aprovados;
- b) acompanhamento e avaliação do projeto, do processo de produção, instalação e manutenção;
- c) acompanhamento de ensaios de campo de estanqueidade, conforme 6.4.3.1;

d) avaliação da rastreabilidade das instalações executadas e do autocontrole de produção e manutenção da empresa, bem como a rastreabilidade de peças originais utilizadas nas manutenções corretivas (ver item 6.2.1, abaixo).

É fato que até a minha saída da ABNT em julho de 2018, NENHUMA auditoria foi realizada na sala-cofre do Ministério da Educação, sendo que posso compartilhar evidências com qualquer licitante sobre esta questão.

Questionamento 3 – Qual proveito trouxe ao Ministério da Educação a necessidade de manter a certificação ABNT da sua instalação até julho de 2018, uma vez que a ABNT jamais auditou a referida sala-cofre?


Em seu item 8, o procedimento de certificação PE 047 estabelece a sistemática de marcação das salas-cofre certificadas:

8 Marcação dos produtos certificados

8.1 Identificação da Marca de Segurança ABNT

A identificação da Marca de Segurança ABNT para produtos que estejam de acordo com a norma deverá ser realizada através da aposição de uma placa metálica cujo modelo encontra-se representado na figura 1.

Figura 1 – Modelo de Placa de identificação da Marca de Segurança ABNT

 ABNT NBR 15247 S 60 D TIPO B <small>Type B</small>	Unidade de armazenagem segura Salas-cofre e cofres para hardware <small>Secure storage units - Data rooms and data containers</small>	
	Número de série: <small>Serie Nr:</small>	Ano de fabricação: <small>Fabrication year:</small>
	Esta sala cofre foi fabricada e está certificada conforme a norma ABNT NBR 15247 sendo classificada para resistência ao fogo por 60 minutos. <small>This data container was manufactured and certified according ABNT NBR 15247 and is classified for 60 minutes fire resistance.</small> Esta sala também foi testada conforme a norma ABNT NBR IEC 60529 com o grau de proteção IP67. <small>This data container was also tested according ABNT NBR IEC 60529 with protection degree IP67.</small> Qualquer alteração em suas características originais por uso indevido ou desgaste natural, ou a falta de manutenção preventiva e corretiva, efetuada pelo fabricante ou seu credenciado invalida esta marca de segurança. <small>Any alteration in its original characteristics caused by improper use, natural wear and tear or lack of preventive and/or corrective maintenance made by the manufacturer or by their accredited invalidates this security mark.</small>	
	Controle – ABNT – N°	

A Marca de Segurança ABNT é uma placa de uso individual (No caso do Ministério da Educação é a Placa de nº 33) fornecida exclusivamente pela ABNT Certificadora para as empresas por ela certificada, isto é, ACECO TI e GREEN 4T.

Para manter a referida Marca de Segurança ABNT, necessariamente, conforme determinado no procedimento de certificação PE 047, a manutenção deve ser feita pela empresa fabricante da sala-cofre (ACECO TI) ou por empresa autorizada por esta (Green 4T ou outra autorizada), assim sendo tal exigência restringe a competitividade e direciona o edital para o Grupo Econômico Aceco TI/Green 4T.

No caso da sala-cofre do Ministério da Educação, certificada pela ABNT Certificadora, independe se um licitante qualquer obtenha a certificação ABNT, conforme está

definido no PE 047, as manutenções somente podem ser feitas pela empresa Aceco TI (fabricante) ou por empresa autorizada por esta.

Ao estabelecer a necessidade de manter a certificação da referida sala-cofre, inexoravelmente deve ser atendido o procedimento de certificação, neste caso o edital já está viciado, uma vez que, conforme determinado na Placa aficionada na sala-cofre, somente o fabricante ou empresa autorizada por esta pode fazer a manutenção.

Questionamento 4 – Qual a justificativa para o presente direcionamento para o Grupo Econômico Aceco TI/Green 4T?

Passemos agora a análise do Estudo Técnico Preliminar, sendo que farei minhas inferências a medida que aparecerem manifestações inverídicas a respeito do tema “Certificação ABNT”, baseado na minha experiência de 20 anos atuando na ABNT Certificadora, bem como por ter elaborado os procedimentos de certificação PE 047 da sua revisão 01 até a revisão 07.

9. Análise comparativa de soluções

Para o atendimento da demanda em estudo foram identificadas três alternativas, abaixo segue análise qualitativa e técnica de cada solução identificada:

1.

Alternativa A - Manutenção de Sala Cofre por empresa Certificada

A manutenção da certificação do referido ambiente, obtida desde a sua construção, representa uma prova de que o produto fabricado e instalado tem as mesmas características e qualidades daquele testado em laboratório, dentro de padrões e exigências internacionais, e que funcionará perfeitamente em caso de sinistro, como incêndio, alagamento ou outro tipo de ocorrência para a qual tenha sido testada. É a certeza que cumprirá com sua função de proteção do hardware e dos dados em caso fortuito ou em momento crítico, ou seja, do ponto de vista técnico, é um importante fator que garante conformidade, qualidade e segurança aos produtos, processos e serviços, o que reduzir os riscos e possibilidades de perdas ao negócio, além de trazer melhorias a gestão do processo como um todo.

Para confirmarmos se a informação prestada no ETP possui embasamento, vejamos o que está estabelecido no Objetivo do procedimento de certificação PE 047:

1 Objetivo

Este Procedimento estabelece uma sistemática aplicável para concessão, manutenção e alteração de escopo (extensão e redução) do uso da Marca de Segurança ABNT para salas-cofre e cofres para hardware, visando a indicar com nível adequado de confiança que estes foram produzidos em conformidade com a ABNT NBR 15247 e este Procedimento.

Neste caso é fundamental esclarecer a abrangência do procedimento de certificação, estando claramente determinado que a sala-cofre do Ministério da Educação foi PRODUZIDA em conformidade com a ABNT NBR 15247.

Querer afirmar que uma sala-cofre produzida há 13 anos, mantém as mesmas condições do produto testado em laboratório é um dos maiores absurdos que podem ser afirmados.

Em resumo, a **contratação de empresa certificada pela ABNT** visa garantir que o serviço de manutenção da Sala Cofre será realizado por pessoa jurídica especializada e que atende a requisitos técnicos de referência, com instalação, pessoal, procedimentos, produtos e ferramental controlado, atendendo a normas técnicas continuamente.

Contratação de empresa certificada pela ABNT = Grupo econômico Aceco TI/Green 4T.

A presente alternativa possui, dentre outras, as seguintes vantagens e desvantagens:

Vantagens:

- Execução de serviços por empresa certificada por norma técnica que assegura o atendimento aos padrões técnicos de conformidade, qualidade e segurança dos produtos e serviços prestados;

Não existe certificação para o serviço de manutenção de sala-cofre, favor se atentar para o objetivo do procedimento de certificação PE 047.

- Manutenção da certificação da Sala Cofre obtida desde a sua construção, no qual é mantido em operação o Data Center do órgão;

Conforme já informado, a sala-cofre do Ministério da Educação não passou por auditoria da ABNT na sua instalação (era obrigatório conforme o PE 047.03), bem como jamais foi auditada até julho de 2018, assim sendo, a manutenção da certificação ABNT jamais trouxe qualquer vantagem ao MEC.

- Mitigação de eventuais riscos associados a perda da segurança física e a proteção de dados organizacionais armazenados na Sala Cofre, em caso fortuito ou em momento crítico;
- Promoção de maior eficiência e eficácia aos níveis de proteção dos ativos de TIC contra calor, umidade, impactos ou outros agentes que ameaçam a segurança das informações;
- Maior preocupação da empresa prestadora de serviços no atendimento aos níveis de serviços exigidos pelo Ministério, e, por conseguinte, maior segurança no recebimento dos serviços prestados;
- Aderência aos padrões específicos de segurança e requisitos técnicos definidos para o ambiente Sala Cofre.

Todos os 4 pontos abordados acima não são exclusivos de empresas certificadas e podem ser obtidos por diligências a diversos órgãos governamentais que possuem salas-cofre, sendo que diversos destes já informaram ter ficados deveras decepcionados com os padrões de qualidade da empresa Aceco TI (vide Casa da Moeda do Brasil).

Tal fato pode ser comprovado pelos inúmeros ACT fornecidos a outras empresas, fora do grupo econômico Aceco TI/Green 4T.

Desvantagens:

- Possibilidade de ocorrer dependência técnica de um determinado grupo de empresas certificadas;
- Possibilidade de ocorrer reduzida competitividade licitatória e, com isso, trazer impactos aos custos da contratação.

Dependência técnica é inerente a atividade, seja feita pelo Grupo econômico Aceco TI/Green 4T ou por outras empresas do segmento, em virtude da incapacidade técnica do pessoal próprio do Ministério da Educação.

No caso da exigência de manter a certificação ABNT, não estamos falando de reduzida competitividade, mas sim de direcionamento ao Grupo Econômico Aceco TI/Green 4T.

Para esta alternativa, mesmo considerando as desvantagens supracitadas, do ponto de vista técnico entende-se viável a proposta, visto que a manutenção da conformidade aos padrões técnicos de qualidade dos serviços a serem prestados asseguram a adequada segurança e integridade das instalações do Data Center do Ministério, preservando as características físicas do ambiente Sala Cofre e, por conseguinte, a manutenção da certificação ABNT obtida desde a sua construção conforme item 6 do Procedimento de Certificação:

“6 Manutenção da certificação:

A ABNT deve conduzir as atividades de manutenção mantendo o controle sobre todas as placas de identificação da Marca de Segurança ABNT apostas nas salas-cofre certificadas, de forma a evidenciar que as referidas salas-cofre estão cobertas por programa de manutenção realizada pelo próprio fornecedor ou por empresa outorgada por este e devidamente credenciada pela ABNT.”

Uma vez que a equipe técnica do Ministério da Educação faz menção direta ao item 6 do PE 047, é fundamental questionar, principalmente agora que possuem em mãos o PE 047 em vigor na data da instalação da sala-cofre do Ministério da Educação, qual a razão de nunca terem questionado a empresa Aceco TI/Green 4T quanto a ausência de auditorias da ABNT de 2010 até 2018?

Diante do exposto, conclui-se que a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva para a Sala Cofre do Ministério da Educação-MEC, por empresa certificada, se configura tecnicamente viável.

Alternativa B - Manutenção de Sala Cofre por empresa não certificada

A presente alternativa trata-se da contratação de empresa especializada, não certificada pela ABNT NBR 15.247, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para a Sala Cofre do Ministério da Educação-MEC.

Vimos na alternativa anterior que a manutenção da certificação está associada a continuidade da garantia de conformidade técnica na execução dos serviços, experimentado pelo Ministério desde o seu primeiro contrato de serviços em 2012. Por outro lado, a contratação de empresa não certificada está associada a assunção de riscos técnicos de difícil mensuração, visto que impactos na Sala Cofre podem representar desde

a indisponibilidade de serviços públicos prestados pelo Ministério até a perda de dados e de grandes investimentos realizados pelo órgão em seu Data Center.

Tal retórica não possui nenhum embasamento técnico. Conforme pôde ser visto no texto acima, afirma a equipe técnica que a manutenção da certificação está associada a continuidade da garantia de conformidade técnica na execução dos serviços, experimentado pelo Ministério desde o seu primeiro contrato de serviços em 2012.

Em 2012 a versão em vigor do procedimento PE 047 era a revisão 04, sendo que a informação presente no item 6.2 do procedimento era exatamente a mesma da revisão 03, isto é, necessidade de acompanhamento do ensaio de estanqueidade por auditor da ABNT.

Uma vez que esta equipe técnica afirma que a manutenção da certificação está associada a continuidade da garantia de conformidade técnica na execução dos serviços, então que apresente os números dos Relatórios de Atividade Técnica – RAT da ABNT no período de 2010 até 2018.

Infelizmente não haverá número de RAT para apresentar, uma vez que não houve auditoria da ABNT na sala-cofre do Ministério da Educação de 2010 até a minha saída da ABNT em 2018, demonstrando que a afirmação feita pela equipe técnica não possui mérito.

É importante informar que, afirmar que a contratação de empresa não certificada está associada a assunção de riscos técnicos de difícil mensuração, também não possui embasamento técnico, uma vez que atualmente existem centenas de salas-cofre da Administração Pública mantidas por empresas não certificadas e que se mantêm em total conformidade.

Neste sentido, a presente alternativa possui, dentre outras, as seguintes vantagens e desvantagens:

Vantagens:

- Possibilidade de se ter maior competitividade licitatória e, com isso, mitigar riscos de dependência do MEC pelo prestador de serviços;
- Possibilidade de se atingir custos mais baixos pela prestação de serviços, considerando que, a princípio, existiria maior competição entre empresas.

Desvantagens:

- Perda da certificação ABNT existente da Sala Cofre do Ministério e, consequentemente, da garantia de controle de conformidade técnica, qualidade e segurança dos processos e serviços associados;

Conforme já visto anteriormente, a sala-cofre do Ministério da Educação ficou de 2010 até 2018 sem receber nenhuma auditoria da ABNT, assim sendo, não há que se falar em garantia de controle de conformidade técnica.

- Possibilidade de execução de serviços de manutenção fora dos padrões e requisitos definidos pelas normas técnicas da ABNT para ambientes Sala Cofre;

A norma técnica ABNT NBR 15247 não estabelece nenhum parâmetro para execução de serviços de manutenção, sendo a afirmação feita pela equipe técnica desprovida de embasamento.

- Risco de descontinuidade de serviços públicos e perda da segurança física e de dados organizacionais;

Tal afirmação é apenas especulativa, podendo o mesmo risco ocorrer com a manutenção do fabricante.

- Possibilidade da ocorrência de intervenções indevidas e inadequadas na Sala Cofre;

Tal afirmação é apenas especulativa, uma vez que centenas de salas-cofre fabricadas pela empresa Aceco TI são mantidas por empresas não certificadas, não havendo relatos nos ACT de tais intervenções indevidas e inadequadas.

- Possibilidade de incapacidade técnica dos profissionais, produtos e ferramental necessário a prestação dos serviços de manutenção;

Se a empresa possui Atestado de Capacidade Técnica, exatamente nos moldes estabelecidos no item 9.11.1.3, quer dizer que possui capacidade técnica dos profissionais, produtos e ferramental necessário à prestação dos serviços de manutenção, esta é a razão de ser do ACT.

- Possibilidade de substituição de peças/componentes e materiais na Sala Cofre não certificados, o que pode acarretar riscos aos serviços e ativos de TIC, em caso fortuito ou em momento crítico;
- Insegurança técnica do Ministério no recebimento dos serviços prestados pela Contratada.

A alternativa em tela é considerada tecnicamente inviável, pois as desvantagens citadas acima superam em muito as presumidas vantagens elencadas, que talvez sequer se concretizariam, pois **a ausência da certificação ABNT da Sala Cofre do Ministério pode acarretar riscos incalculáveis ao Data Center do órgão**. A prestação de serviços sem a devida preocupação no atendimento a **regulamentação técnica específica tal como da ABNT** pode acarretar inúmeros problemas ao Ministério e a própria sociedade, que vai desde a sua imagem institucional até a indisponibilidade de serviços públicos.

Ao utilizar da ausência de certificação ABNT como critério, é importante e fundamental voltar a esclarecer que a referida sala-cofre não foi auditada pela ABNT, nem na sua instalação em 2010 como nas manutenções de 2011 a 2018 (posso afirmar apenas até esta data, pois estava diretamente envolvido na ABNT Certificadora).

A única regulamentação técnica específica da ABNT é o PE 047, assim sendo, segue anexo a este pedido de impugnação as duas revisões comentadas neste pedido, PE


047.03 e PE 047.04, nos quais não há nenhuma informação de relevância técnica quanto ao serviço de manutenção da sala-cofre.

Quanto a imagem do Ministério da Educação, informo que direcionar certame licitatório é muito mais vexatório que qualquer coisa que possa vir pela contratação de empresa não certificada de posse de diversos ACT advindos da Administração Pública.

Ademais, há que se considerar que a certificação ABNT está disponível para qualquer empresa que demonstre ao órgão certificador que seus produtos e serviços são prestados em conformidade à norma técnica regulamentadora.

Sem dúvida a certificação está disponível para qualquer empresa, PORÉM, mesmo que esta empresa se certifique junto a ABNT Certificadora, não altera o fato que a sala-cofre do Ministério da Educação perderia a certificação ABNT caso fizesse a manutenção com esta empresa.

Caso tenha dúvida sobre esta afirmação, basta descer até a sala-cofre do Ministério da Educação e ler o que está escrito na Placa de Identificação da Marca de Segurança ABNT nº 102, fiz a marcação em vermelho para ajudar.

 ABNT NBR 15247 S 60 D TIPO B <small>Type B</small>	Unidade de armazenagem segura Salas-cofre e cofres para hardware <small>Secure storage units - Data centers and data containers</small>	
	Número de série: <small>Serial No.</small>	Ano de fabricação: <small>Fabrication year</small>
	<p>Esta sala cofre foi fabricada e está certificada conforme a norma ABNT NBR 15247 sendo classificada para resistência ao fogo por 60 minutos. <small>The data container was manufactured and certified according ABNT NBR 15247 and is classified for 60 minutes fire resistance.</small></p> <p>Esta sala também foi testada conforme a norma ABNT NBR IEC 60529 com o grau de proteção IP67. <small>This data container was also tested according ABNT NBR IEC 60529 with protection degree IP67.</small></p> <p>Qualquer alteração em suas características originais por uso indevido ou desgaste natural, ou a falta de manutenção preventiva e corretiva, efetuada pelo fabricante ou seu credenciado invalida esta marca de segurança. <small>Any alteration in its original characteristics due to improper use, natural wear, lack of preventive and corrective maintenance, performed by the manufacturer or by their authorized representative invalidates this security mark.</small></p>	
	Controle – ABNT – N°	

A FALTA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, EFETUADA PELO FABRICANTE OU SEU CREDENCIADO INVALIDA ESTA MARCA DE SEGURANÇA.

Isto é, não basta a empresa estar Certificada junto a ABNT, isso não muda o que está determinado na Placa ABNT aposta na sala-cofre do Ministério da Educação, assim sendo a presente afirmação da equipe técnica é uma falácia.

A BD Apoio Empresarial procurou em sua argumentação apresentar todas as fundamentações que levaram aos seus questionamentos, possibilitando que esta Comissão de Licitação tivesse toda clareza possível para fazer suas ponderações e responder da melhor forma.

Aproveitamos para terminar este pedido de impugnação, apresentando o Acórdão 1636/2007 do TCU, no qual deixa claro que TODOS os questionamentos DEVEM ser abrangidos e respondidos de modo FUNDAMENTADO.

As respostas fornecidas pela comissão de licitação ou pela autoridade competente com relação as impugnações apresentadas contra editais de certames licitatórios, nos termos do art. 41, § 1o, Lei no 8.666/1993, devem abranger, de modo fundamentado, todos os quesitos formulados pelo interessado, sob pena de infringência ao que dispõe o art. 50 da Lei no 9.784/1999.

Acórdão 1636/2007 Plenário (Sumário)

4) DO PEDIDO

Em que pese o habitual zelo, revestido de elevado rigor que convém a todo órgão da Administração Pública, indubitavelmente a Administração Licitante não vem atendendo a legislação vigente. Quer crer a Impugnante que os vícios encontrados no Edital tenham ocorrido por um equívoco.

Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital em apreço, SUSPENDENDO o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como medida de obediência ao sistema normativo vigente, de forma que o presente certame não esteja viciado.

Termos em que

P. e E. Deferimento

Niterói, 12 de abril de 2023



Felipe Dytz
BD Apoio Empresarial Ltda